

# Assembleia do Setor Privado rejeita veementemente a retirada de direitos

A assembleia do setor privado ocorrida no dia 19 (terça-feira) na sede do Sindppd/RS, foi marcada pela firme posição dos trabalhadores de rejeitar com veemência a posição do sindicato patronal. Analisando o processo negocial, da data base de 1º de novembro de 2017 e da contra-pauta apresentada pelo SEPRORGS na [última reunião ocorrida entre as representações](#), os trabalhadores definiram por encaminhar ao SEPRORGS (sindicato patronal) uma resposta muito determinada de que não aceitarão retiradas de direitos, porque isso significa um grande retrocesso na CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) da categoria.

Os empresários estão se utilizando da Reforma Trabalhista e o projeto de Terceirização em todos os níveis para potencializar a fragilização de direitos e a precarização do trabalho, medidas estas que foram aprovadas por um congresso e um governo corruptos.

Tudo começa com a **TENTATIVA DE RETIRADA da Cláusula 74 da Convenção Coletiva**, que poderá significar que na próxima data base, 1º de novembro de 2018 um enorme conjunto de cláusulas fundamentais deixarão de ter validade, tais como auxílio alimentação, auxílio creche, 60% de adicional noturno, auxílio filhos deficientes entre outras.

Mas não é só isso, os empresários e o SEPRORGS querem mais retrocessos, como se comprova com a contra-pauta que apresentaram na mesa de negociação.

Na avaliação dos outros pontos apresentados pelos empresários do setor, de limitar quinquênios, reduzir adicional noturno, jornada de 12 x 36 que acaba com horas extras domingos e feriados, querer dispensar o REP para registro de ponto, aumentar o prazo do Banco de Horas, reduzir os pisos com objetivo de determinar menores salários entre outras retiradas de direitos, ficou nítido para os trabalhadores de que são medidas inaceitáveis.

Foi reforçado entre os presentes de que a retirada da cláusula 74 e a dispensa de homologação de contratos de trabalho no sindicato, são muito graves para os trabalhadores, pois acaba com a Convenção Coletiva na próxima negociação, abrindo o risco na data base as empresas ficarem desobrigadas de cumprir com pisos e benefícios. E caso as homologações passem a ser feitas na empresa, pode significar que não serão observados os direitos trabalhistas mínimos da categoria.

**Ao final da assembleia foi deliberado por unanimidade entre os presentes a rejeição da proposta do SEPRORGS. Foi definido também de encaminhar esta decisão para o sindicato patronal e buscar a marcação de nova mesa de negociação que não seja para retirar direitos e sim para avançar na pauta dos trabalhadores como recomposição nos salários e benefícios e o debate das 40 horas semanais. Após o período das festas e do carnaval faremos nova assembleia para posicionar a categoria em relação às negociações.**

Vamos nos preparar para mobilizar nossos locais de trabalho, pois se depender dos empresários só teremos perdas de direitos e nenhum ganho e isso não aceitaremos, pois a crise reclamada pelos empresários não foi gestada pelos trabalhadores e não temos como pagar esta conta.

**Sindppd/RS**